

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

|  |  |
|--|--|
| <b>Forma da iniciativa:</b>  | <b>Projeto de Lei</b>  |
| <b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>  | <a href="#">575/XV/1.ª</a>   |
| <b>Proponente/s:</b>   | Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)  |
| <b>Título:</b>   | «Realização das provas de aferição nos anos finais de cada ciclo do ensino básico»   |
| <b>A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do artigo 167.º da Constituição e n.º 2 do artigo 120.º do Regimento)?</b> | NÃO  |
| <b>A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa, (n.º 4 do artigo 167.º da Constituição e n.º 3 do artigo 120.º do Regimento)?</b>  | SIM  |
| <b>O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação da CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?</b>  | SIM  |
| <b>Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (artigo 142.º do Regimento, para efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição)?</b>  | Não parece justificar-se   |
| <b>A iniciativa foi agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?</b>  | SIM.<br>Os autores da iniciativa solicitam o seu arrastamento para a sessão plenária de dia 22 de fevereiro de 2023, com fixação da ordem do dia pelo PSD, com o <a href="#">Projeto de Resolução n.º 434/XV/1.ª</a> (PSD) «Recomenda ao |

|   |   |
|---|---|
|   | Governo que adote um conjunto de medidas urgentes no setor da educação» |
| <b>Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:</b>  | <b><u>Comissão de Educação e Ciência (8.ª)</u></b>                      |
| <b>Conclusão:</b><br>A apresentação desta iniciativa parece cumprir os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República. |   |

Data: 16 de fevereiro de 2023

O assessor parlamentar,  
Ricardo Saúde Fernandes